



CAMINHOS QUE ME LEVAM À UNIVERSIDADE: DESAFIOS E ESPERANÇA

Lara Marques de Jesus Santos

E-mail: marqueslara143@gmail.com

Érika Hellen Silva de Araújo

Marcos Gabriel Matos dos Santos

Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus XII

RESUMO

Este estudo objetivou conhecer as dificuldades de locomoção de alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, que moram em outras cidades e precisam pegar transportes para terem acesso ao ensino superior. Para tanto, foi utilizado como coleta de dados uma entrevista semiestruturada com dois estudantes do ensino superior. A partir das análises feitas nas entrevistas pode-se perceber a importância da existência de ônibus gratuitos, ou como exposto pelos participantes, um vale-transporte para estudantes de graduação. Os dados foram referenciados com base na Constituição do Brasil (1988), políticas públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) (2007) e Zago (2006). A pesquisa indica que morar em municípios distantes da universidade e que necessita fazer uso do transporte escolar implica na formação acadêmica, tanto na sala de aula quanto em eventos formativos extracurriculares.

Palavras-chave: Permanência. Rendimento Escolar. Transporte.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo objetivou conhecer as dificuldades de locomoção de alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, que moram em outras cidades e precisam pegar transportes intermunicipais para terem acesso ao ensino superior.

O tema foi escolhido após percebermos a dificuldade que os colegas que necessitam desse tipo de transporte sofriam na Universidade, como por exemplo, o acesso limitado em diversos eventos ofertados pela UNEB e a dificuldade em conseguir assistir às aulas até o final do semestre.

O transporte escolar é uma forma essencial para que muitos/as filhos/as da classe trabalhadora tenham acesso à educação. No caso em particular dos estudantes do Departamento de Educação, Campus XII, é uma realidade, como em tantos outros departamentos da Uneb e do país a fora. Talvez, um dos maiores problemas enfrentados por alunos da Universidade do Estado da Bahia, é o fato de terem que pegar algum transporte para chegarem até a universidade. Muitos desses alunos moram em outras cidades, algumas próximas à instituição e outras mais

distantes, como por exemplo os municípios de Palmas de Monte Alto que fica aproximadamente a 41Km de Guanambi e Caculé, que fica a 112 Km de Guanambi.

Considerando o percurso (ida e volta) que muitos estudantes fazem para acessar o ensino superior, o que isso implica na formação dos estudantes?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Movido pelo desejo de dar continuidade ao seu ciclo educacional, muitos estudantes percorrem um grande trajeto todos os dias, e quando tais são de baixa renda o grau de dificuldade aumenta gradativamente. É visto que, embora seja garantido por lei o acesso à educação, fica nítido que questões relativas ao transporte escolar para que os filhos da classe trabalhadora, pobre, tenham o direito de acessar o ensino superior ainda precisa ser negociado com os gestores municipais, dividindo responsabilidades.

A disponibilização do transporte, seja ele gratuito ou de custo compartilhado com as secretarias municipais de educação, é imprescindível para que muitos consigam acessar a universidade, poder ter uma formação universitária. A educação é um direito garantido e imposto a todos por intermédio da lei tendo em vista a sua obrigatoriedade, em outras palavras, configura-se de tal modo como responsabilidade prioritária do estado assegurá-la, assim como é previsto pela Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O programa do governo federal “Caminhos da Escola”, disponibilizou transportes escolares aos alunos de graduação, os ditos “amarelinhos”. É evidenciado na fala de um dos entrevistados: “existia uma restrição onde a utilização do ônibus se dava somente aos estudantes do município e não poderia sair da cidade.” É um visto como um avanço a resolução nº 45 de 20 de novembro de 2013 que foi assinada por Rafael Pereira Torino, na época sendo o vigente presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), em seu Art. 2º [...] § 1º “A manutenção dos ônibus e embarcações, descritos nos itens I e III, é de exclusiva responsabilidade do ente federativo que detém a sua posse, sendo que o seu uso pelos estudantes deve ser gratuito” tornando-se de responsabilidade do município o

fornecimento e a manutenção do transporte escolar para alunos do ensino universitário matriculados em instituições públicas, fazendo com que os estudantes universitários possuam direito ao uso dos ônibus escolares mais conhecido como “amarelinhos”.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado na cidade de Guanambi, BA, que faz parte do Território de Identidade Sertão Produtivo. O projeto em questão tem como objetivo conhecer as dificuldades enfrentadas por alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, que fazem uso do transporte (ônibus) para acessar a universidade. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada com dois alunos do curso de pedagogia da UNEB. Atendendo aos preceitos éticos de pesquisa com seres humanos (RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012) foram atribuídos a eles os nomes fictícios de Davi e Isabel. A escolha destes estudantes levou em consideração a disponibilidade; o perfil dos estudantes que seriam escolhidos, os quais teriam que ser do turno noturno e que morassem em outra cidade, considerou-se também a distância que cada um percorre para chegar à universidade.

No sentido de atender os preceitos éticos de pesquisa com seres humanos, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). A primeira entrevista foi realizada com Isabel na sala de leitura da universidade, por ser um local silencioso onde não se teria grandes interrupções. Já a entrevista com Davi foi realizada na sala de aula, logo após o fim das aulas. Para a entrevista, foram elaboradas 8 perguntas específicas, entretanto, na hora de realizar as entrevistas, as questões não seguiram uma ordem certa, elas foram feitas de acordo com que o entrevistado estava falando.

Após a realização das entrevistas e de posse do material coletado foi realizado análise/reflexão das narrativas dos estudantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Percalços de uma trajetória cotidiana

Neste item abordaremos acerca das trajetórias enfrentadas pelo/a estudantes (Davi e Isabel) que necessitam de transportes, seja público ou privado, para se locomoverem de suas

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos em
Pedagogia e Políticas
Educativas

16 a 19 de agosto

idades até a UNEB, Campus XII. A priori, apresentaremos os desafios do uso de transporte que implicam no acesso e permanência desses participantes na universidade.

A garantia do ônibus para o percurso até universidade implica em pedidos e organizações dos alunos para obtenção do veículo, pois, apesar de garantido pelo Programa Caminho da Escola que “criado em 2007 objetiva garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, onde há dificuldades para chegar até as escolas” (BRASIL, 2007, s.p), com isso, a lei n. 12.816 de 05 de junho de 2013, permite que:

Art. 5º. A União, por intermédio do Ministério da Educação, apoiará os sistemas públicos de educação básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios na aquisição de veículos para transporte de estudantes, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Desde que não haja prejuízo às finalidades do apoio concedido pela União, os veículos, além do uso na área rural, poderão ser utilizados para o transporte de estudantes da zona urbana e da educação superior, conforme regulamentação a ser expedida pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Mas quando colocado em pauta pelos que necessitam para se locomover a universidade, é negado com argumento de que só serve as esferas municipais e estaduais, ou como dito por Davi (2023) “[os universitários] estavam retirando recursos da educação básica, do transporte que é da educação básica para estar utilizando no ensino superior, alegando uma vez que os municípios não têm essa responsabilidade com o ensino superior.”

Ainda que negado, recorrem a recursos como o vale estudantil presentes nas falas de Davi e Isabel em que o município arca com um valor estipulado para auxílio àqueles que necessitam do transporte. Por exemplo, no caso de Isabel ela responde com incerteza ao dizer que não sabe exatamente como isso ocorre: “A prefeitura diz que contribui. A gente não sabe o valor, mas contribui com a metade e a gente paga outra metade. Eles (a prefeitura) dizem que é 500 reais por aluno durante o mês, a gente paga 250 reais.”

Nesse sentido, Davi imerso na mesma realidade que a de Isabel, argumenta que mesmo alvo de denúncias ao Ministério Público da Bahia, não deixou de lado o seu direito para estar na universidade:

Houve uma denúncia no Ministério Público do estado da Bahia que a utilização desse transporte estava prejudicando os alunos da educação básica [...] nós tivemos que correr atrás, fazer manifestação abaixo-assinado, ir na Câmara de Vereadores estávamos com o princípio até de fazer uma associação. Foi por uma articulação entre os estudantes da UNEB,



universidade pública, da FG, da Unopar e até estudantes do CEEP [...] lá em Monte Alto é que conseguimos pressionar a administração que busque conseguiram apresentar um projeto de um auxílio, que é o auxílio transporte universitário no valor R\$ 120,00 (de cento e vinte) reais (DAVI, 2023).

Sendo assim, os participantes da pesquisa demonstram como o movimento estudantil urge como princípio para conquista do transporte escolar público. Pois, apesar de não garantir um transporte gratuito, usufruem de uma parcela significativa para o acesso ao ensino superior.

4.2 Implicações no rendimento dos estudantes

A trajetória enfrentada remete ao Território de Identidade de Sertão Produtivo, em que se refere ao trânsito intermunicipal enfrentado pelos jovens que precisam se locomover de sua cidade até a universidade.

Nas respostas de Isabel (2023) conseguimos compreender o percurso enfrentado cotidianamente pelos estudantes que fazem uso do transporte escolar para chegar à universidade. Isabel diz: “Ele [o ônibus] passa em Ibiassucê e em Caetité [...] que tem que passar para vir para Guanambi.” Tal como Davi (2023) “Saímos de Palmas Monte Alto [...] vai por dentro da cidade passando por alguns pontos específicos e ao longo da estrada da BR-030 passa por Paracatu, Altamira e Rancho das Mães.”

Na rotina vivenciada, muita das vezes o atraso é habitual, como exposto pelas falas de Isabel “[...] eu nunca consegui chegar no horário [...] porque ele [motorista] para pra pegar as pessoas nos lugares e acaba querendo ou não atrasando”, como relatado, a situação enfrentada por ela também interfere no seu rendimento escolar por não conseguir usufruir do horário integral de aula.

Ainda, quando questionado sobre a possibilidade em participar de eventos acadêmicos, projetos de extensão e programas de iniciação à docência, isto é, o aproveitamento das aulas sobressai em sua limitação de desfrutar por completo toda a formação oferecida no meio acadêmico, em suas palavras Isabel exibe seu descontentamento com a situação vivida “atrapalha muito, inclusive eu nunca consegui participar de nenhum evento ou até mesmo do PIBID. Eu queria tentar o PIBID, mas não tem como, porque eu moro numa cidade há mais de 100 quilômetros de distância daqui. Da minha cidade até aqui são duas horas.” (2023)

Nesse sentido, por ter que transitar entre os municípios, a distância é um fator decisivo e os impedem de participar da formação extracurricular, Isabel acredita que tantas horas no



ônibus seria “além de inviável, cansativo.” (2023), ou seja, o tempo perdido dentro do ônibus além de irrecoverável, é determinante para alguns não conseguirem encarar o desafio de estar na universidade.

4.3 Novas perspectivas

Como dito por eles, valho-me de esperança e procura de novas perspectivas que somente a formação universitária podem prover melhores condições de vida, e sobretudo, a humanidade para trazer aos outros a possibilidade de pensar por outro viés, nisso Davi crê que:

Eu posso tentar transformar, posso transformar o futuro daquela pessoa a partir de tentar fazer com que ela mude um pouquinho o pensamento, não que mude o pensamento na imposição, mas através do ensino, através da docência fazer com que busque transformar a vida. Mostrar essa pessoa que tem novas perspectivas, independente, mesmo que as condições socioeconômicas que ela vive não mostrem para eles um futuro melhor, mas sempre há uma luzinha no final do túnel.

Isabel também compartilha suas motivações ao dizer que “eu sou uma pessoa que eu tenho muita fé em Deus, eu acho que a minha fé me sustenta [...] meus pais me ajudam bastante, uma pessoa que eu conheci que realmente considero como amiga e está me motivando porque a gente tem os mesmos objetivos.”

Em suas falas, podemos notar a presença do esperar por Freire (1992):

[...] é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo [...]

Por fim, de acordo Freire, ele e ela busca alternativas e motivações para continuarem sua vida acadêmica diante a necessidade de utilizarem o transporte, modos de escapar do baixo rendimento escolar para permanecer na universidade, e por isso buscam forças, essas que, por muitas das suas falas, são encontrados em seus familiares, amigos, o motivo para continuarem em sua rotina e se orgulham para com os outros do que é vivido.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa por meio da entrevista semiestruturada com dois estudantes que usam do transporte escolar para acessar o ensino superior, aponta os desafios vivenciados para acessar e

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



16 a 19 de agosto

permanecer na universidade. Trazendo as conquistas e limites das políticas públicas que se referem ao uso de transporte, suas motivações e principalmente, a maneira de enfrentar esse trajeto. Esse artigo também pode nos proporcionar maneiras de repensar políticas públicas de acesso à universidade, no sentido de garantir a formação tanto na sala de aula quanto em eventos formativos extracurriculares.

Este artigo tem fundamentação teórica insuficiente, pois não foram encontrados autores que discutam de forma clara os problemas de universitários que utilizam o transporte intermunicipal, e de que forma isso pode implicar com seu rendimento escolar. E com isso utilizamos como dados principais as entrevistas, pois se mostraram úteis para o nosso resumo expandido. Sendo assim, se vê a necessidade de que se tenha mais pesquisas acerca do assunto abordado, pois, apesar de ser um problema enfrentado pela maioria dos alunos e que todos têm conhecimento, pouco se é debatido sobre ele. A solução para esse problema cabe especialmente aos políticos das cidades e dos estados, que devem estudar sobre o assunto e criar leis que visem ajudar os estudantes.

6 REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 [original de 1992].

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. s/p.

BRASIL. **Constituição (1988), Resolução N° 45 de 20 de novembro de 2013**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/legislacao/leisn12.816.pdf>. Acesso em: 07 jun.de 2023.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica**: Caminho da Escola. Gov.br, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 08 jun. de 2023.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



16 a 19 de agosto

Zago, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, SC, v.11, n.32, p. 226-370, maio/ago. 2006.